

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**A importância da atividade de inteligência pública da
PMMG no monitoramento dos movimentos sociais
urbanos: A ocupação Dandara**

Marcos Eduardo Rodrigues

**Belo Horizonte
2010**

Marcos Eduardo Rodrigues

**A importância da atividade de inteligência pública da PMMG
no monitoramento dos movimentos sociais urbanos: A
ocupação Dandara**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof.(a) Rodrigo Alisson Fernandes

**Belo Horizonte
2010**

Marcos Eduardo Rodrigues

A importância da atividade de inteligência pública da PMMG no monitoramento dos movimentos sociais urbanos: A ocupação dandara

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.
Belo Horizonte, 2010.

Rodrigo Alisson Fernandes (Orientador)

Frederico Coutinho (Examinador)

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo a análise sobre a importância da atividade de inteligência de segurança pública que além de desenvolver o monitoramento dos eventos criminais no país, desenvolve outras atividades como por exemplo a vigilância sobre os diversos grupos que atuam em movimentos sociais na cidade de Belo Horizonte.

Partido do pressuposto de que os movimentos sociais são meios legítimos da ação popular, o trabalho procura relatar as razões pelas quais são necessárias o acompanhamento dos agentes especializados da inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais em monitorar as ações de grupos como o MST, Brigada Popular e, entre outros grupos desta natureza.

Na literatura específica sobre a atividade, existem abordagens teóricas que procuram demonstrar que o uso da inteligência é uma atividade do Estado que tem como finalidade o assessoramento aos tomadores de decisões contribuindo assim para um melhor resultado. Em termos específicos cito como exemplo a invasão de um grupo de militantes aliados ao MST de codinome Brigada Popular que promoveu uma invasão de um terreno abandonado, na Região do Bairro Céu Azul em Belo Horizonte que ficou denominada ocupação Dandara.

Na conclusão, o trabalho busca apontar algumas falhas que ocorrem na área da atividade de inteligência de segurança pública, bem como apontar algumas soluções para que assim, a atividade possa desenvolver melhor sua função.

Palavras Chaves: Inteligência de Segurança Pública, Movimentos Sociais e Invasão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN -	Agência Brasileira de Inteligência
AC -	Agência Central de Inteligência
BP -	Brigada Popular
CEMIG -	Companhia Energética de Minas Gerais
CEBs-	Comunidade Eclesiais de Bases
CPT -	Comissão da Pastoral da Terra
DINT -	Diretoria de Inteligência
EC -	Estória Cobertura
ESG -	Escola Superior de Guerra
FMI -	Fundo Monetário Internacional
IMINT -	Imagery Intelligence (Inteligência de Imagens)
MAB -	Movimento dos Atingidos por Barragens.
MST -	Movimento Sem Terra
MTST -	Movimento dos Trabalhados Sem Teto
OMC -	Organização Mundial do Comércio
PBH -	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PUC –	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PPAG-	Plano anual de Ação Governamental
SIPOM -	Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais
SNI -	Serviço Nacional de Informações
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INDRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1.....	10
1. Inteligência e Inteligência Policial ou de Segurança Pública	10
1.1. O sistema de Inteligência da policia militar e seu Funcionamento.....	12
1.2. A Estrutura Organizacional do SIPOM.....	12
1.3. A produção de Documento e as Atividades de Monitoramento.....	15
1.4. Técnica Estória Cobertura..	18
1.5. Uso de Equipamento Eletrônico.....	19
1.6. Obediência versus Competência profissional.....	20
CAPÍTULO 2.....	21
2. O papel da Inteligência e os Movimentos Sociais Urbanos.....	21
2.1. Os movimentos Sociais urbanos	22
2.2. O MST e os movimentos Sociais	24
2.3. O MST e a Igreja	26
2.4. A Brigada popular	27
2.5. A ação da Brigada popular e a Ocupação Dandara	30
2.6. O papel da polícia.....	31
2.7. Qual é a relação do SIPOM e a ocupação Dandara.....	33
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIA BIBLIOGARFIA	38
ANEXOS.....	41

INTRODUÇÃO

O Movimento das Brigadas Populares ¹ apresenta uma luta que ocorre dentro da esfera urbana da reprodução capital X trabalho, indicando uma nova perspectiva contra a exploração e a alienação. A ocupação é a principal forma de ação do movimento. Tal situação pode estar associada não só aos problemas de desigualdade social devido ao crescimento urbano, mas também na falha de estratégias de prevenção de policiamento nas áreas que são invadidas.

Considerando esta última possibilidade, esta monografia tem como objetivo apresentar uma descrição do serviço de inteligência da Polícia Militar, que tem como uma das suas atribuições o monitoramento de grupos ou organizações que militam nos movimentos sociais urbanos.

O foco deste trabalho é uma discussão de natureza teórica sobre a estrutura do serviço de inteligência da Polícia Militar que busca por meio dos seus agentes especializados a informação sobre ações desenvolvidas pela organização Brigadas Populares que desenvolveram várias invasões de áreas na capital por meio do apoio ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Não obstante Antunes (2010) ressalta que na atividade de inteligência policial não existe um consenso quando esta se situa dentro da atividade de inteligência interna. Na visão da professora, a inteligência policial traz uma importante contribuição ao permitir delinear uma questão ainda nebulosa no debate e na prática relacionada à competência que está direcionada ao seu grau e sua natureza entre as operações de inteligência voltadas para apoiar o trabalho de prevenção de crimes e a manutenção da “ordem”.

Assim, não raro, a Inteligência Policial presta contribuição decisiva à salvaguarda dos interesses do Estado. Relatar as razões pelas quais são necessárias o acompanhamento dos movimentos sociais urbanos por meio dos agentes de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais que buscam a identificação das lideranças desses grupos bem como a hipótese de futuras ações, faz

1-Organização Política, sem vínculos partidários, com atuação na Região Metropolitana de Belo Horizonte que, desde 2006, realiza ocupações com famílias sem-teto junto ao Movimento Popular Urbano. Atualmente, as Brigadas Populares estão estruturadas em cinco Frentes de Trabalho: Comunicação, Formação, Juventude, Anti-prisional e Moradia.

com que o levantamento dessas informações constitui tarefa da Inteligência de segurança pública e é com base nelas que o Estado Maior da Polícia cria mecanismo de antecipar uma determinada ação.

Os movimentos sociais urbanos em geral atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Portanto, movimentos por moradia, fazem parte de movimentos reivindicatórios urbanos de caráter popular, relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania.

Entretanto, convém lembrar que cabe ao Estado o papel da preservação e a garantia do direito da propriedade mas alguns movimentos deflagrados na cidade principalmente a partir do ano de 2005, não são unicamente urbanos. Ficaram conhecidos como movimentos rururbano. Identificam como uma forma de resistência e de luta, que tem como uma de suas características os assentamentos localizados entre o perímetro urbano e o rural de maneira que não se localize tão distante dos centros urbanos.

Para os movimentos urbanos de caráter popular a discussão dos problemas da moradia, geralmente recai então no âmbito dos resultados sobre as questões de falta de investimento de políticas públicas e que podem ser identificadas em decorrência do mau gerenciamento, e má organização por parte de quem detém o poder. Ainda neste sentido, muitas das vezes não raro várias são as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais que desenvolvem invasões em áreas urbanas ou ocupações. Diante do que se pode evitar com os meios disponíveis, para o governo, é essencial a posse de informações que lhe permitam, no campo interno, identificar a existência de problemas que possam vir perturbar a ordem pública, a paz social ou prejudicar a economia.

Da distinção acima emerge a importância da Inteligência de Segurança Pública que tem como um dos seus objetivos criar mecanismos para o planejamento e o desenho do emprego do policiamento, de caráter ostensivo e preventivo, como notou Antunes ao escrever que “o aparato

de segurança precisa se basear na avaliação de Inteligência para definir as medidas a serem tomadas, pois é ela quem faz a avaliação das ameaças existentes”.²

Esta monografia foi organizada em dois capítulos. No Primeiro, será tratado os conceitos de Inteligência e Inteligência de Segurança Pública ressalta a partir destas concepções a estrutura funcional desenvolvida pelo órgão de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais o SIPOM. Neste capítulo procuramos apontar também a forma como os agentes de informação da PMMG atuam pela busca de informações.

O Segundo capítulo tem o intuito de enfatizar a ação dos movimentos sociais urbanos e a importância da atividade de inteligência. Este capítulo apresenta detalhes de como surgiu a ocupação “Dandara”, ocupação de terras que utilizaremos como estudo de caso para ilustrar esse trabalho.

Nas considerações finais são apontadas às falhas do serviço de inteligência e algumas propostas que devem ser observadas pela atividade de Inteligência da Polícia Militar, a fim de que as agências de inteligência possam efetivar-se do seu papel por meio da sua principal missão o assessoramento aos tomadores de decisão para que assim possam criar estratégia de controle e prevenção.

2-ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI e ABIM: uma leitura da atuação dos serviços secretos Brasileiros ao longo do Século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002,p.24.

CAPITULO 1

1- Inteligência e Inteligência Policial ou de Segurança Pública

Para uma melhor compreensão do que vem a ser inteligência de segurança pública ou policial cabe aqui um breve esclarecimento quanto a outro conceito que o precede, o de “inteligência”. Nesses termos, inteligência de acordo com Lowerthal (2006), é o processo pelo qual certo tipo de informação importante para a segurança nacional é requerido, coletado, analisado e disponibilizados aos tomadores de decisão.

Do mesmo modo Cepik (2003), define que existem dois usos principais do termo inteligência fora do âmbito das ciências cognitivas. Uma definição ampla diz que inteligência é toda informação coletada, organizada ou analisada para atender a demanda de um tomador de decisões. Uma definição mais restrita Cepik nos afirma que inteligência são as coletas de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação. Neste sentido para esse autor, inteligência é o mesmo que segredo ou informação secreta. Porém, o autor chama a atenção que ignorar a definição restrita sobre o conceito de inteligência implicaria em perder de vista o que torna a atividade problemática. Pois segundo Cepik, no mundo real, as atividades dos serviços de inteligência são mais amplas do que a mera espionagem e mais restritas do que o provimento de informações sobre todos os temas relevantes para a decisão governamental.

Para o autor, o uso do termo inteligência também serve para designar função de suporte, seja na rotina dos governos, no meio empresarial ou mesmo em organizações sociais. Neste sentido, os serviços de inteligência na concepção de Cepik (2001), são organizações governamentais especializadas na coleta, análise e disseminação de informações dos problemas e alvos relevantes para política externa, para a política de defesa nacional e para segurança pública de um país, formando juntamente com as forças armadas e as polícias, sendo esses o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo.

Dentre as duas definições, convém destacar algumas considerações com base na acepção sobre o tema assinalado por Lowerthal (2006):

Inteligência como processo: a inteligência pode ser considerada como o meio pelos quais certos tipos de reformulações são necessários e solicitados, coletados, analisados e divulgados, e como a maneira em que certo tipo de ações encobertas são concebidas e realizadas.

Inteligência como um produto: A inteligência pode ser pensada como o produto desses processos que é como as análises e operações de inteligência.

Inteligência como organização: A inteligência pode ser pensada como as unidades que realizam suas várias funções. (LOWERTHAL,2006;p.9).

Segundo os estudos de Gonçalves (2008), o termo inteligência foi incorporado à doutrina brasileira a partir da década de 1990, após a redemocratização, quando ainda segundo o autor a terminologia “informações”, mais adequada à língua portuguesa, foi substituída por “inteligência”. Gonçalves, afirma que as razões dessa mudança foram, especialmente de ordem política, atitude em que se tentaram banir termos associados ao regime militar. Nesse sentido sobre a nova doutrina brasileira de segurança o vocábulo “informações” passou a ser entendida como inteligência que também por sua vez não é a mesma coisa de “informação”. Lowerthal (2006) ressalta que a informação é algo que pode ser conhecido, independentemente de como foi descoberto. Inteligência se refere à informação que atende as necessidades dos decisores. Neste mesmo sentido, o autor ainda afirma que a inteligência é um subconjunto da categoria mais ampla de informações. *“Toda inteligência é informação; porém nem toda informação é inteligência”*.(LOWERTHAL, 2006, p.2).

No que diz respeito à chamada inteligência de segurança pública Cepik (2007) ressalta que esta área da inteligência está direcionada para as ameaças de questões de ordem pública voltada para dar apoio às funções de policiamento, trabalho que são próprios das instituições, Polícia Federal, Civil ou Militar.

Nas concepções de Gonçalves (2008), a inteligência policial tem como finalidade de atuar na prevenção, obstrução, identificação e neutralização das ações criminosas. Ainda segundo o autor, tal atividade também tem como escopo a busca de informações necessárias que possam

identificar o exato momento e lugar de realizações de atos preparatórios e de execução de delitos praticados por organizações criminosas.

Feita estas exposições iniciais serão tratadas algumas considerações sobre a importância do sistema de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais e de determinadas técnicas utilizadas para o seu funcionamento na busca de informações. De modo que os tomadores de decisão ou comandante das unidades policiais possam de maneira antecipatória viabilizar estratégias quanto ao emprego do policiamento de caráter preventivo.

1.1- O Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais e seu Funcionamento

Sobre inteligência já percebemos que no âmbito geral existem muitos conceitos elaborados por especialistas como: Lowerthal (2006), Cepik (2003) e Gonçalves (2008).

E dentre estas diversas definições sobre o tema, convém destacar a título de melhor entendimento, que o Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais (SIPOM) pode ser definido como um conjunto de recursos humanos e materiais, hierarquizados, interdependentes, funcionalmente agrupados com finalidades bem definidas. Responsáveis pela execução da Atividade de Inteligência no âmbito da Organização ou Instituição, por intermédio de suas agências as conhecidas “P2”.

De acordo com Gonçalves (2008) esta categoria da atividade de inteligência de segurança pública ou policial, apesar do seu desenvolvimento significativo nas últimas décadas, é importante para o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas, contrabando de armas e atividades financeiras ilegais. (GONÇALVES, 2008, p.27).

1.2- A Estrutura Organizacional do SIPOM

No âmbito da Polícia Militar, o SIPOM é composto por várias agências localizadas nos Batalhões Operacionais, em suas Companhias destacadas e em alguns Pelotões sediados em cidades de médio porte. A coordenação do sistema é realizada por uma Agência Central de Inteligência (AC)

que pertence ao Estado Maior Geral da Corporação. Nas agências operacionais, a atividade divide-se em três ramos sendo eles: a Inteligência de Estado, atividade que esta associada a informações, processos e organizações relacionados à produção de conhecimento, tendo por escopo a segurança do Estado e da Sociedade, e que constituem subsídios ao processo decisório da mais alta esfera do governo. Defesa Pública atividade conforme definição da Escola Superior de Guerra (ESG) é o conjunto de atitudes e ações adotadas para garantir o cumprimento das leis, de modo a evitar, impedir ou eliminar a prática de atos que perturbem a ordem pública. (Brasil, Escola Superior de Guerra, 1995; p.128). E a contra inteligência, atividade que tem como pressuposto salvaguardar as informações produzidas, da organização, das pessoas, das instalações e dos processos. Uma melhor definição sobre a contra inteligência foi elaborado pela ESG “*A Contra inteligência é uma atividade desenvolvida necessariamente por todas as Organizações de Inteligência com o objetivo de identificar, impedir, neutralizar ou reduzir a atuação dos Sistemas de Inteligência adversos.*”(Manual Básico Vol. II da ESG;2009 p.96).

No que concerne a atividade de contra inteligência do SIPOM, fica claro que esta atividade muitas vezes se confunde como a atividade relacionada aos serviços de corregedoria, pois suas atividades geralmente são desenvolvidas para a vigilância do seu público interno sobre os casos de desvio de conduta dos militares.

O serviço de inteligência da Polícia Militar desenvolve outras atividades profissionais, no âmbito institucional por meio da assessoria complementar, ela atinge, por conseguinte, a homens ou grupos, colocando-os à disposição dos sucessivos comandantes, no sentido de auxiliá-los no planejamento, execução e no acompanhamento de suas políticas em favor da defesa pública do Estado e da sociedade. Neste aspecto, a necessidade de um consenso das agências de inteligência nas instituições policiais, o professor Marc Lowenthal ressalta que as agências de inteligência existem pelo menos por quatro razões principais sendo: “*Para evitar a surpresa estratégica, para fornecer experiência de longo prazo, para apoiar o processo político e manter o sigilo das informações, e necessidades de métodos*” (LOWERTHAL,2006,p.2).

Vale ressaltar que a atividade de Inteligência no âmbito da Segurança Pública do (SIPOM) além de contribuir para combater os crimes chamados “organizados” e a violência de modo geral,

também desenvolvem outras atividades, como o monitoramento das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, assunto que será o foco deste trabalho.

O caso do monitoramento de grupos organizados como as Brigadas Populares, que conta com o do Movimento Sem Terra (MST) em suas ações é um bom exemplo, pois os integrantes deste grupo têm a capacidade de influenciar e subsidiar movimentos de invasões rurais e urbanas. As invasões que aconteceram na região metropolitana de Belo Horizonte a partir do ano de 2009 ficaram conhecidas como ocupação Camilo Torres, Dandara e Irmã Doroty. Tais eventos servem de atenção para o serviço de inteligência, pelo fato de seus integrantes, muitas das vezes, sob a influência de correntes ideológicas ao manifestarem seus interesses provocam tumulto ocasionado por certa desobediência civil.

Além de monitorar grupos semelhantes aos da Brigada popular e MST, também faz parte da observação da atividade de inteligência no âmbito da Polícia Militar os movimentos grevistas, as passeatas de cunho políticos partidários, as assembleias e outras atividades relacionada aos vários segmentos de mobilização social. Movimentos estes que serão posteriormente discutidos no escopo desta monografia.

Dentre as várias categorias da atividade de inteligência, vale aqui ressaltar a importância do papel da chamada Inteligência de Estado. Cujas finalidades tem como característica reunir, processar e produzir conhecimentos relacionados à segurança interna do país de modo a proteger a sociedade, o Estado e as instituições. Esta atividade da inteligência segundo Gonçalves (2008) tem estreita relação com a segurança pública, sobretudo por dar apoio em termos de informações estratégicas para organizações cuja competência é a garantia da lei e atuação policial e fiscal. (GONÇALVES,2008,p.45).

Uma vez estabelecido um breve esboço da atividade de inteligência. Passaremos a tratar sobre alguns assuntos relacionados ao funcionamento desta atividade nas agências que estão subordinadas ao SIPOM.

1.3- A Produção de Documentos e as Atividades de Monitoramento

Em um Sistema de Inteligência, circulam diversos tipos de documentos específicos da área, que de acordo com o Art 5º Parágrafo II do decreto de nº 4553/02, de 27 de dezembro de 2002, os dados ou as informações sigilosas no âmbito da Polícia Militar são classificados em confidenciais e reservados, em razão do seu teor ou dos seus elementos intrínsecos. Sua utilização e competência de produção das nomenclaturas variam de acordo com os níveis das agências integradas, as necessidades dos usuários e os objetivos dos órgãos. A finalidade deles é propiciar um adequado fluxo de conhecimento entre as Agências de Inteligência que integram o Sistema para atender às peculiaridades do exercício da atividade. Conforme cita Antunes (2002):

Dentro da atividade de inteligência, a proteção envolve uma série de medidas de segurança que visam a frustrar a inteligência adversária. No que compete aos órgãos de inteligência, em termos organizacionais, a segurança é obtida através de padrões e medidas de proteção para conjuntos definidos de informações, instalações, comunicações, pessoal, equipamentos ou operações. Uma das medidas de segurança considerada essencial dentro do Estado é a salvaguarda de assuntos sigilosos. As agências responsáveis pela atividade de inteligência, enquanto provedoras de informações, bem como portadoras de informações consideradas sensíveis para a segurança nacional, têm importante participação dentro deste setor de segurança informacional. (ANTUNES, 2002,p.22).

Em uma organização policial é de competência das agências de inteligência realizar a coleta de informações das atividades dos indivíduos envolvidos em crimes ou em ações de grupos engajados contra a perturbação da ordem. Nesse sentido, a atividade de inteligência busca desenvolver a avaliação, análise e disseminação do material resultante para as unidades específicas da organização policial. Tais unidades policiais poderão então utilizar a informação como advertência para os fatos que estão por acontecer. Quanto à obtenção dos dados este, se dá por coleta ou busca. Segundo Gonçalves (2008) na doutrina brasileira de informações “coleta” refere-se à obtenção de informações de fontes abertas como: livros, periódicos, documentos públicos, programas de tv, rádio, internet e outros. Enquanto que a “busca” é o termo utilizado para a obtenção do dado negado ou não disponibilizado. Neste segundo caso, há recurso técnico e operacional para a obtenção do dado, conforme cita o autor:

Os meios de coleta e as fontes típicas de informação definem disciplinas bastante especializadas em inteligência, que a literatura internacional designa através de acrônimos derivados do uso norte americano: humint (human intelligence) para as informações obtidas a partir de fontes humanas, sigint (signals intelligence) para as informações obtidas a partir das interceptações e decodificação de comunicação e sinais eletromagnéticos, imint (imagery intelligence) para as informações obtidas a partir das imagens fotográficas e multiespectrais, masint (measurement and signature intelligence) para as informações obtidas a partir da mensuração de outros tipos de emanções (sísmicas térmicas, etc.) (GONÇALVES,2008,p.192).

Na atividade de inteligência do SIPOM a busca por informações se inicia a partir de uma pesquisa interna nos arquivos da agência de inteligência que pode incluir o conhecimento, por meio da formação ou experiência, do Analista de Inteligência, após receber determinada ordem. Caso as informações internas não sejam suficientes para suprir a questão, o analista deverá buscar as fontes abertas. Atualmente os Serviços de Inteligências têm utilizado a internet como os sites e blogs das organizações para agilizar as pesquisas, pois esta ferramenta propicia acesso rápido e de baixo custo operacional. Isto porque muitos Serviços de Inteligência no Brasil atualmente trabalham quase que exclusivamente com pesquisas em fontes abertas, e quando estas não são satisfatórias o operador partirá em busca do chamado dado negado. O dado negado estará sempre protegido, seja por força corporativa, ou por sigilo da pessoa que detém a informação. Neste instante a atividade de Inteligência passa a ser arriscada, pois quanto maior o valor do dado e o grau de proteção a que estiver sujeito a informação, maior será a dificuldade para obter lá. Assim, o risco da missão se dá pelo fato de que o agente ao ser infiltrado deverá ocultar, por motivo de proteção, sua verdadeira identidade.

Com relação ao acompanhamento das atividades oriundas dos movimentos sociais que foram apresentados como exemplos, este se dá quando não é possível recrutar alguém que possa repassar as informações sobre o movimento. O Serviço de Inteligência então opta pela infiltração de um agente de busca dentro do organismo cuja atividade deseja acompanhar. Esta infiltração pode ser temporária, permanecendo apenas enquanto durar o evento. Que é o caso de assembleias, seminários, reuniões e outros eventos. Geralmente o que se busca são as deliberações, calendários e agendas das atividades. Ao obter as informações necessárias nos acompanhamentos, estas são repassadas ao comando do policiamento ou da unidade a fim de antecipar uma ação ou planejamento. Para Gonçalves (2008) esta atividade de inteligência que

está compreendida pela busca do dado negado, trata-se sem dúvidas, da atividade mais polêmica relacionada à inteligência, uma vez que seus métodos envolvem necessariamente técnicas e ações sigilosas como, recrutamento, vigilância, fotografia operacional, uso de meios eletrônicos e outros recursos. (GONÇALVES,2008,p.181)

O agente de inteligência, infiltrado em um movimento social tem como “missão” mentalizar, todas as ações desses grupos identificando os *modus operandi* do movimento, que podem trazer táticas de guerrilha ou ações violentas, como invasões de prédios públicos, terrenos urbanos e obstrução de vias públicas e outras ações desta natureza. Com base nas características destas ações, pode-se evitá-las ou inibi-las caso sejam neutralizadas pela antecipação do emprego do policiamento que executará de modo mais rápido e com maior segurança para ambos os atores sociais. Ainda neste sentido, os relatórios que são produzidos pelos agentes de inteligência geralmente são produzidos por meio de suas percepções, estes documentos servem de fontes coerentes que orientam o processo decisório do ponto de vista estratégico, bem como para a deliberação de resolução de problemas políticos e sociais ou de questões internas na instituição. Vale ressaltar que a elaboração dos relatórios dos indivíduos ou o dossiê das pessoas envolvidas através dos monitoramentos deve seguir critérios rígidos de sigilo e ter a sua finalidade e justificativa bem definida. Para que assim seu uso não possa denegrir a imagem do serviço da atividade de inteligência.

De acordo com Antunes (2002) a atividade de inteligência passou ter sua importância no debate político brasileiro a partir da década de 90 em decorrência do extinto Serviço Nacional de Informações conforme citação.

O termo inteligência, entendido neste sentido, passou a fazer parte do debate político brasileiro principalmente a partir da década de 1990, após a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), não obstante haja referências a este tipo de atividade desde 1927. Emergiu de uma tentativa de acobertar e superar uma identidade deteriorada que havia se formado em torno da atividade de *Informações* no regime militar, equivalente a repressão e violação dos direitos civis. No Brasil, assim como nos demais países do Cone Sul, existe uma forte desconfiança em relação a essa atividade, que decorre do perfil assumido por seus órgãos de informações durante o ciclo recente de regimes militares. Nesses países, os serviços de *informações* converteram-se em estados paralelos com alto grau de autonomia, enorme poder e capacidade operacional. (ANTUNES, 2001,p.19)

Gonçalves (2008) também faz suas considerações sobre o assunto da herança recebida do antigo Serviço Nacional de Informação (SNI) que serviu de um poderoso instrumento no período da Ditadura Militar, que estigmatizou a atividade de inteligência com uma imagem bastante negativa. Este aspecto negativo da atividade de inteligência no Brasil cabe, então, à própria Agência Brasileira de Informação (ABIN) em buscar os meios para desvincular essa imagem que a sociedade tem da atividade. Tarefa árdua e difícil, já que todos os dias os meios de comunicação reprisam cenas de mortes e torturas, atribuídas ao antigo aparelho de repressão da ditadura militar que ocorreu a partir de 1964.

No III Encontro de Estudo e Desafios para atividade de inteligência realizado pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais no ano de 2004, Jorge Bessa, ressalta em seu artigo que uma preocupação constante da sociedade em relação à atividade de inteligência diz respeito a possíveis desvios que possam ocorrer e que venham a colidir com a democracia. Em relação a isso, a autoridade decisória deve se pautar pelo respeito ao arcabouço jurídico existente, de forma que estas atividades se desenvolvam em um contexto de legalidade e em obediência irrestrita aos parâmetros de um Estado Democrático de Direito. (BESSA. III encontro de Estudo e Desafios para atividade de Inteligência; 2004.p.51)

Portanto, discordar da relevância da atividade de inteligência na defesa do Estado e da sociedade é um fato difícil, apesar da falta de esclarecimento por parte da sociedade sobre a importância da atividade. Contudo, deve se levar em conta que a produção de conhecimentos de inteligência para subsidiar o processo decisório das autoridades públicas, associada à neutralização de atividades adversas, sempre devem ser vista como a garantia da manutenção da ordem pública do Estado, e a preservação dos direitos individuais constitucionalmente consagrados.

1.4- Técnica Estória Cobertura

A técnica de estória cobertura (EC) é uma técnica bastante tradicional na coleta de informação tendo em vista que o ser humano é a maior fonte de informações e que não existe atividade de

inteligência sem o uso de comunicações. A técnica (EC) consiste no momento em que o agente de busca ou de informação procura o dado almejado, sem que a pessoa a ser investigada perceba a intenção e a finalidade de tal informação. Por meio do diálogo o agente cria-se uma empatia entre os comunicantes e um envolvimento de modo que a pessoa conduza a conversa no sentido de extrair a informação sem levantar suspeição. Entre as diversas formas de estória cobertura o agente pode se apresentar como um: jornalista, empresário, viajante, estudante, e outras identificações, variando de acordo com as habilidades do agente.

1.5- Uso de Equipamentos Eletrônicos

De acordo com Cepik (2003) os serviços de inteligência requerem características específicas de informações para que a atividade se diferencie da atividade de espionagem. Nesse sentido a atividade de inteligência por meio de características tecnológicas contemporânea opera de acordo com o que chamamos de ciclos da inteligência. Que segundo o autor é um processo especializado para obter as informações seguindo um estágio de análise das informações obtidas a partir de diversas fontes. Uma vez produzida às análises das informações estas serão disseminadas para os diversos usuários finais em que geralmente são os tomadores de decisão e os responsáveis pelos planejamentos de uma política ou ação.

Os meios de obtenção de informação por meio do uso de equipamentos eletrônicos utilizados pelo agente de informação variam desde uma simples fotografia ou filmagens ou até um monitoramento de ambiente que podem ocorrer a pé ou motorizado. Estas técnicas, também podem ser aplicadas para outras finalidades, ou seja, voltadas para o levantamento de dados, não da própria pessoa-alvo, mas daqueles que estão diretamente ligados ao alvo; ou nos dois casos, respectivamente. A inteligência de imagens é desenvolvida pela disciplina Imint (Imagery Intelligence). As imagens obtidas a partir das filmagens ou fotografias permitem ao agente de inteligência detectar formas, movimentos ou situações de ricos em detalhes que serão importantes para auxiliar no monitoramento dos alvos.

Atualmente a grande discussão relacionada sobre a atividade de inteligência em regimes Democráticos refere-se à maneira de como as agências de inteligência devem atuar sem que

violen os princípios democráticos do Estado de Direito. Com relação a esta questão Gonçalves ressalta que:

A Administração Pública seus órgão e agentes tem suas competência fixada em lei, devendo atuar, portanto, de acordo com estabelecido pelo o arcabouço legal e tendo o interesse coletivo com o fim máximo de seus atos e decisões. Nos regimes democráticos, essa administração deve sujeitar-se a mecanismo de controle interno e externo, de modo a ser evitar arbitrariedades e abuso por parte do Estado e dos seus agentes contra os cidadãos. (GONÇALVES,2008,p.221)

1.6- Obediência versus Competência Profissional

A inteligência também apresenta problemas de questões internas, pois o trabalho da Inteligência está sempre voltado para um indivíduo específico, que solicitará as informações sobre um dado ou um fato específico. Na Polícia Militar estas solicitações, geralmente, partem de um superior hierárquico. Vale ressaltar que a Inteligência, não toma decisões, apenas cumpre um pedido, seguido de um plano pré-estabelecido e seguindo um padrão de atuação pré-determinado por meio de uma doutrina. Assim, na visão de Gonçalves (2008) mesmo após ter decorrido todos os ciclos de produção de conhecimento, o ciclo da inteligência só terminara após a utilização do usuário. Ao receber o conhecimento produzido, o usuário poderá utilizá-lo em seu processo decisório e também fazer novas demandas a inteligência, por mais que pareçam relevantes os relatórios produzidos pelos analistas. Isso se dá dentro de uma prática de inteligência relacionada ao desenvolvimento de “resistência a frustrações” (GONÇALVES, 2008,p.192).

Neste sentido, o capítulo a seguir tem por finalidade introduzir algumas considerações sobre as atuações de alguns grupos urbanos relacionados aos novos movimentos sociais no Brasil tendo como caso específico a ação da Brigada Popular que desencadeou várias ações e manifestações nos últimos anos na cidade de Belo Horizonte. Além disso, o capítulo propõe levantar algumas reflexões sobre a importância da atuação da inteligência policial que acompanha as diversas ações desencadeadas por grupos desta natureza.

CAPÍTULO 2

2- O Papel da Inteligência e os Movimentos Sociais Urbanos

Para Antunes (2010) a atividade de inteligência interna está vinculada ao processo de informação relativo ao indivíduo, grupos ou organizações, cuja ação configure em delitos federais que representam risco significativo para a segurança interior do país. É utilizada de acordo com os contornos institucionais definidos para a área de segurança pública / interna em observância do princípio da proporcionalidade. Desta forma, será possível distinguir o papel da atividade de inteligência policial, que está relacionada ao apoio para as atividades de investigação por ser considerada mais uma das ferramentas de uso cotidiano policial para auxiliar no combate ao crime comum e organizado.

Partindo do pressuposto que este trabalho está pautado na importância da inteligência desenvolvida pela Policial Militar. Em acompanhar os movimentos populares urbanos que atuam em Belo Horizonte e região Metropolitana. Vale ressaltar que ao referirmos a *movimentos* urbanos, é necessário lembrar que eles são comumente designados como *populares*. Não que seja unicamente popular, mas esta é a referência fundamental que caracteriza a maioria dos movimentos reivindicatórios urbanos. O caráter da organização popular é político (GOHN, 1991), já que a mobilização é de enfrentamento ao *status-quo*, diferentemente de outros movimentos reivindicatórios que envolvem outras classes ou camadas mais abastadas da população. A atuação dos grupos como, por exemplo: Frente Popular, Brigada Popular, sob as orientações do MST e de outros, que lutam em favor para defender seus ideais merecem atenção por parte do emprego de policiamento, justamente porque em muitas das vezes suas reivindicações ocorrem na forma de invasões, fechamentos de vias, até mesmo de depredações de prédios públicos. Nesse sentido, o acompanhamento de caráter preventivo das instituições policiais se torna relevante para o cumprimento do controle e manutenção da ordem pública. Como podemos perceber na citação de Dias e Pereira:

Dessa análise concluímos, preliminarmente, que os movimentos sociais agem para exigir o cumprimento das leis. Às vezes, são necessárias ações de desobediência civil para que a voz dos pobres que lutam de forma organizada seja ouvida. “Se não quebrar nada, não ocupar nada, só com abaixo-assinados, passeatas pacíficas e insistência em negociar com as autoridades, não

conquistamos nada. Veja o caso da CEMIG.(Companhia Energética de Minas Gerais) Só conseguimos colocar na pauta de discussão o modelo energético e as altíssimas tarifas de energia da CEMIG, após a quebra de alguns vidros na sede da empresa,” pondera um dos integrantes do MAB - movimento dos Atingidos por Barragens. (DIAS e PEREIRA, 2008,p.157)

Para Cepik (2003) o caráter da informação antecipada sempre foi e, é uma variante importante para definição do sucesso ou fracasso de qualquer ação militar ou do Estado. Assim, conforme, já dito, os sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes de atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações dos problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Ainda na visão do autor, os serviços de inteligência são órgãos que servem para assessoramento do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento. (CEPIK,2003,p.85). Mais do que isto, o autor também ressalta que os serviços de inteligência não podem ser entendidos como meros instrumentos passivos da política de um decisor político, pois antes de tudo, devemos entender as várias conseqüências deste tipo de serviço para o Estado Democrático de Direito. Estado este baseado no direito ligado ao respeito à hierarquia das normas, à separação dos poderes e aos direitos fundamentais. A atuação da atividade atinge diretamente as instituições e o próprio processo político de muitas formas, isto porque estas organizações têm seus próprios interesses e opiniões distintas. Embora o tema da intervenção dos serviços de inteligência e de segurança na vida política, de modo geral, seja de grande interesse no que se refere às questões relacionadas à atividade de defesa externa. (CEPIK,2003,p.85).

2.1- Os Movimentos Sociais Urbanos

No Brasil nas últimas décadas após o processo de transição política, diversos acontecimentos passaram a ser relevantes para a sociedade, principalmente, no âmbito das conquistas sociais. Um bom exemplo disso, a experiência do Plano Anual de Ação Governamental (PPAG) em Belo Horizonte e demais programas sociais que são desenvolvidas pela PBH demonstra um maior investimento no setor de políticas públicas e sociais. Em linhas gerais, o PPAG é um instrumento de planejamento estratégico da Prefeitura, avaliado, complementado e aprovado pela Câmara dos Vereadores, com diretrizes, objetivos, ações, programas e metas a serem atingidas pelo Governo

Municipal. Além disso, o PPAG incentiva a participação popular e a realização de audiências e consultas públicas durante o processo de elaboração e discussão do Plano, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos do Município.³

Para Avritzer (1994), os movimentos sociais constituem naquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido. Eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente por intermédio dos problemas mais gerais que podem ser abordados. Ainda segundo o autor, a influência dos movimentos sociais vai muito além dos efeitos políticos produzidos por eles, pois suas ações determinam a modificação de comportamentos e de regras por parte do sistema político. E, além do mais, há uma dimensão simbólica muito mais complexa, a qual os movimentos sociais exercem grande impacto que é a transformação social. Hoje, a partir destas novas mobilizações, os cidadãos e as sociedades conjugam a gramática da igualdade de gênero, preocupações com a conservação do meio ambiente, direito a moradia e outras questões sociais.

Para Correia (2001), a sociedade civil serve-se dos movimentos sociais para conquistar direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado. É nesse contexto de carências, de exclusão e necessidades sociais, que se situam as práticas cotidianas de movimentos sociais, que ainda com certas limitações, são meios potencializadores de novas formas de se fazer política, de participação social, de construção do processo democrático e de transformação social. Presume-se que os movimentos sociais são tentativas coletivas e organizadas que tem a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social.

Apontando na mesma direção, agora na perspectiva do planejamento do espaço urbano acerca dos problemas de moradia, tema que serve de base para o desenvolvimento deste trabalho. Lagazzi e Salvato (2001) ressaltam que muitas das vezes os problemas de moradia são formulados como necessidades de projetos habitacionais, o que desloca os sentidos das causas desse

3-ver site: [http:// www.phg.gov.br](http://www.phg.gov.br)

problema e desvia a discussão do social. Assim, o planejamento torna-se o foco da discussão e circunscreve os problemas na esfera administrativa. Alocadas então no âmbito dos resultados, as questões sociais e políticas podem, portanto, serem identificadas como decorrência da má organização e do planejamento insuficiente. Assim, tendo como objeto de reflexão a linguagem numa perspectiva em que a significação é trabalhada na discursividade de seus efeitos, os problemas crescentes de ocupações e invasões de áreas urbanas têm sido, portanto motivos de preocupações e atenção por parte de diferentes segmentos da sociedade. Principalmente para os órgãos coercitivos do Estado que tem como objetivo manter e preservar a ordem social. Ainda, neste sentido, quando o assunto trata-se de invasão, na discursiva das ocupações dos sem teto, no trabalho de Lagazzi (2001), ressalta que a palavra “*invasão*” de terras ressoa imediatamente no significado das ações desenvolvidas pelo MST. Conforme já dito por ser um movimento político social que luta pela reforma agrária, por terra e mudanças na sociedade e que em muitas das vezes também, despertam polêmicas, devido suas ações radicais no âmbito da sociedade brasileira.

Para Comparato, (2001) o autor afirma em suas análises que se deve prestar uma atenção especial ao movimento do MST devido o fato deste movimento ter características específicas. Segundo o autor, o MST desenvolve reações significativas, uma vez que o governo brasileiro considera o MST como um grupo que atua de forma política. E apesar de o governo desqualificar o movimento diante das dificuldades de negociações quando estes entram em ação. Ainda de acordo com os estudos do autor a principal atenção ao MST se dá ao fato de que o movimento está presente em escala nacional e, por estabelecer uma novidade no cenário político nacional. Pode-se dizer ainda, segundo o autor, que o MST constituiu-se num ator político novo, mesmo que nenhuma de suas ações ou características organizativas seja original. A novidade está na articulação, feita a partir de táticas já conhecidas, e na habilidade política que o movimento tem demonstrado, ao fazer aliados em vários segmentos da sociedade civil. Trata-se de uma forma diferente de aplicar a reivindicação social, ou, se preferir, de uma nova forma de atuação política.

2.2- O MST e os Movimentos Sociais

Para ampliar a consciência de um grupo em oposição às questões de administração governamental, faz-se necessária a formação de uma rede de movimentos sociais que envolvam

também os movimentos urbanos. Assim, os movimentos que lutam por moradia, como o caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), e as Brigadas Populares e demais movimentos como o estudantil, os ambientalistas e outros, todos apesar de suas especificidades acreditam que teriam mais organização para enfrentar o poder econômico que domina os espaços da via política sobress às questões sociais.

A Via Campesina, segundo Alegria (2004), é uma organização internacional de trabalhadores, composta por vários países, de todos os continentes, que luta contra a apropriação e a subordinação do processo de trabalho pelo capital. Esta organização, luta contra o projeto neoliberal, propondo a radicalização do acesso aos direitos. Surgem num contexto marcado pelo domínio das empresas transnacionais no processo produtivo, cujo objetivo é a apropriação e a subordinação cada vez maior do processo de trabalho pelo capital, que tem como expressão o controle da produção desde a semente até o consumo. Este grupo, em aliança com o MST elege como objetivo, a construção de promoção da igualdade de gênero, questões relacionadas sobre o crescimento da pobreza e da miséria, a privatização dos recursos naturais, à migração e o desemprego. Tomou como bandeira de luta a soberania alimentar, a luta contra as organizações internacionais que defendem os interesses do capital (Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial), a defesa de uma agricultura sustentável e a luta pelo direito a terra. Para atingirem seus objetivos a Via Campesina tem como propósito fortalecer a aliança com os vários movimentos sociais que compõe, integrando suas estratégias e ações em âmbito internacional, para fortalecer trabalho com as organizações nacionais, formar dirigentes, estimular a participação das mulheres e dos jovens. Fortalecer a organização da classe trabalhadora, na luta pela redefinição do papel do Estado, garantindo assim as suas reivindicações, através das políticas sociais públicas. Apesar de que a organização também apresentar ações radicais conforme citação abaixo:

No dia 08 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher, quase duas mil mulheres da Via Campesina ocuparam um laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. Destruíram em torno de 1 milhão de mudas de eucalipto e interromperam estudos que fortaleceriam a monocultura do eucalipto. (DIAS E PEREIRA,2008, p.165)

2.3 - O MST e a Igreja

Nas últimas décadas, tivemos na América latina o fenômeno da Teologia da Libertação, um movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares no campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o MST.

Para Frei Gilvander,⁴ em texto publicado no livro *Cidadania e Inclusão Social* (2008), o autor nos relata várias ações desenvolvidas por integrantes da Via Campesina, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros grupos ligados a integrantes da CPT (Comissão da Pastoral da Terra).

Segundo as concepções do Frei, as ações destes grupos fazem parte dos novos desafios que estão sendo alcançados pelos movimentos sociais que irão definir os objetivos e as ações dos movimentos sociais a longo, médio e curto prazo. O autor destaca em seu artigo algumas características sobre a relação de um bom cristão e militante. Segundo Frei Gilvander (2008), o militante cristão conhece bem o desafio que é defender um projeto ao longo de toda a sua história. A coerência deve ser também política, moral e espiritual, vale ainda ressaltar que nas Palavras de Gilvander mudar os valores não significa abandonar princípios, pois estes permanecem válidos. Frei Gilvander também afirma que atualmente, no Brasil, estamos vivenciando a experiência dos comportamentos estranhos de antigas lideranças históricas conforme descreve abaixo:

A chegada ao poder contaminou muita gente com o deslumbramento, o desrespeito e o distanciamento da base. Chegar ao poder sem perder o sentimento de povo é talvez o maior desafio. Os movimentos sociais no Brasil, de repente se viram isolados, levantando bandeiras anteriormente defendidas pelos atuais ministros, senadores, deputados, ou até mesmo pelo Presidente da República - todos integrantes de movimentos sociais no passado. Acreditamos que para ser um verdadeiro líder, democrático, popular e ecumênico é preciso não se afastar do meio dos pobres que lutam de forma organizada. É preciso conviver, partilhar as agruras e as lutas, o dia-a-dia. Esse o antídoto, a vacina que evita a cooptação e a traição dos projetos populares. (DIAS e FERREIRA, 2008, p.162.)

4- Frei Gilvander L. Moreira é Vigário da Igreja do Carmo em Belo horizonte, assessor de CEBs, CPT.

O artigo também ressalta algumas das ações que foram desenvolvidas ao longo dos anos pelo MST:

Um bom exemplo disso são as ações do MST. Inicialmente, as primeiras perplexidades produtivas foram o latifúndio e o coronelismo. Os trabalhadores sem-terra não podiam permanecer inertes vendo tanta terra em tão poucas mãos, gerando riquezas para pouquíssimos proprietários, enquanto a maioria da população do campo não tinha acesso à terra para trabalhar, sobrevivia na miséria, amargando toda sorte de violência patrocinada pelos donos da terra e do poder e, por fim, sendo enxotadas para as atuais senzalas, que são as favelas nas periferias das médias e grandes cidades, no comboio do êxodo rural que, somente nas últimas quatro décadas, expulsou mais de 40 milhões de pessoas do campo. O primeiro desafio foi então romper as cercas do latifúndio para exigir a realização da reforma agrária, democratizando o acesso à terra. Era preciso mudar a face da mais iníqua estrutura fundiária do mundo. (DIAS e FERREIR, 2008, p.156)

Apontado na mesma direção sobre a atuação dos movimentos sociais, trataremos de relatar o caso da ação desenvolvida pela Brigada Popular em Belo Horizonte que teve apoio do MST.

2.4- A Brigada Popular

Fundada em março de 2008 em Belo Horizonte, a organização Brigada Popular desencadeou uma invasão urbana na região do Bairro Céu Azul que ficou conhecida como Ocupação Dandara. Suas idéias fazem parte de uma política autônoma, que possui como objetivo estratégico a construção do Poder Popular no Brasil. Suas práticas ideológicas retomam as antigas práticas, voltadas para o marxismo. Para os brigadistas o marxismo que remontam é uma obra atual e em construção permanente, e sua ampliação será fruto da luta política da classe trabalhadora e do esforço elaborativo das suas organizações políticas e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. De acordo com seus ideais, as Brigada Populares assumem o materialismo histórico e dialético como marco teórico, método de interpretação e “práxis” revolucionária à luta pela emancipação do ser humano e a superação da ordem capitalista. Reconhecem que as relações sociais, constituídas na experiência discursiva, dependem do atendimento às suas condições de possibilidade, consubstanciadas em relações materiais que assegurem a todos o reconhecimento como sujeito de linguagem, de razão e de liberdade.

No artigo “Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana” Maia⁵ e Fraga⁶ entendem que uma prática radical de reforma urbana, está associada a uma alta taxa de urbanização,

combinada com a pobreza social. O que torna inevitável as classes populares em antagonismo em relação ao Estado. Nesse sentido, para os integrantes da (BP) o poder estabelecido só será conquistado a partir da participação consciente de amplas bases populares, trabalhadores e trabalhadoras e dos setores conscientes da sociedade brasileira.

De acordo com os Brigadistas, o movimento e a construção do poder popular faz parte do processo de emancipação política, econômica, social e ideológica da classe trabalhadora que se concretiza por via da Revolução Brasileira. Assim, o ponto de vista da organização nos faz entender que ambos acreditam que as Brigadas Populares são uma contribuição na organização, formação e mobilização do povo brasileiro, que acreditam que a construção do poder popular passa pela participação direta na política pelas camadas populares e das suas organizações: sindicatos, associações, grêmios, movimentos sociais e organizações políticas comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora.

Tendo como lema o slogan *Pátria Livre e Poder Popular*, as lideranças do movimento (BP) defendem que a construção do Poder Popular é o instrumento necessário para desde agora construir uma sociedade nova, por meio das bases populares até a totalidade da sociedade. Para os integrantes da (BP) o caminho a ser percorrido para uma sociedade mais justa e igualitária deve passar pela construção de uma Pátria Livre, soberana em todos os aspectos, que possa estruturar suas capacidades humanas e naturais para corrigir as profundas desigualdades geradas por mais de 500 anos de exploração imperialista e capitalista.

Ao assentar, o entendimento de um pequeno esboço do que vem a ser o movimento da (BP) em que compreendemos que segundo os ideais da organização só a superação revolucionária do modo de produção capitalista é a forma de resolução da contradição capital- trabalho, sendo obra

5- Joviano Gabriel Maia Mayer é um dos militantes da Brigada Popular e graduado em Direito pela UFMG.

6- Mariana Prandini Fraga de Assis, Mestre Em Ciência Política pela UFMG e Professora do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix.

da classe trabalhadora e dos sujeitos sociais que se identificam com uma proposta de sociedade organizada em resposta as necessidades humanas. E, que para as Brigadas Populares, as cidades são os principais cenários das contradições advindas do Modo de Produção Capitalista, em razão da acumulação de riquezas. E por assumirem enquanto uma organização política urbana o compromisso de contribuir na construção da teoria da luta urbana, as suas especificidades, desvendando as contradições deste meio e elaborando propostas para sua superação e autonomia. Fica, portanto claro os ideais da (BP), que os grupos desta natureza e outros grupos ditos de esquerdas podem ser capazes de se organizarem autonomamente contra a manutenção da ordem conforme o ponto de vista do Estado.

Conforme já dito, que apesar da perspectiva do planejamento urbano, os problemas de moradia são vários não só na cidade de Belo Horizonte, mas como no país. A discussão dos problemas da moradia, geralmente recai então no âmbito dos resultados sobre as questões de falta de investimento de políticas públicas e que podem ser identificadas em decorrência do mau gerenciamento, e má organização por parte do poder público. Assim, tendo como objeto de reflexão as crescentes ocupações e invasões de áreas urbanas, em Belo Horizonte nos últimos anos, mais especificamente a partir de abril de 2009, marco temporal para a elaboração deste trabalho. Presenciamos a ação rururbana como o apoio do MST, que ocorreu em três regiões da cidade. As áreas invadidas foram batizadas de ocupação “Dandara, Camilo Torres e Irmã Doroty.” Este trabalho ficará apenas em discutir a questão da ocupação Dandara devido ao fato deste local ter abrigado um maior número de famílias em relação às demais ocupações, apesar de todas as ocupações terem suas relevâncias quanto as suas características e semelhanças pela luta da moradia.

Sobre os movimentos que desenvolvem ações de invasões em áreas urbanas percebe se que o movimento aproxima das ações do MST pelo fato de utilizarem processos semelhantes para invadir terrenos ou ocupar prédios públicos. Para os militantes da (BP) a palavra ocupação utilizada em seus movimentos traz em si um efeito político de fazer da terra e da propriedade objetos estratégicos de uma luta maior pela construção de uma sociedade solidária e igualitária. As ocupações urbanas questionam, em primeira instancia, a propriedade privada, a especulação

imobiliária e a lógica do lucro, ou seja, pilares centrais do capitalismo. Que para a (BP), tal fato deve ser questionados, e combatidos, por meio da organização dos explorados.

2.5- A ação da Brigada Popular e a Ocupação Dandara

Dandara surgiu a partir do dia 9 de abril de 2009, quando cerca de 140 famílias sem-casa, influenciadas pela ação da Brigada Popular, MST e fórum do Barreiro, invadiram um imóvel abandonado há quatro décadas, no bairro Céu Azul, região da Nova Pampulha, em Belo Horizonte. Uma vez invadido, realizou a limpeza de todo o terreno, cercando a área necessária para a ocupação. Isto feito as famílias passaram a morar em barracos de lona enquanto gradualmente providenciavam a construção de moradias.

Hoje residem na comunidade Dandara cerca de 870 famílias. A comunidade Dandara está dividida em nove grandes grupos e cada grupo tem dois ou três coordenadores, além dos apoiadores que são dos movimentos sociais, religiosos, dentre outros. Durante a semana cada grupo se reúne para organizar, planejar as tarefas e partilhar a vida. Uma vez por semana toda a ocupação se reúne em uma grande assembleia onde oferecem os informes e se discute as urgências e prioridades. O grupo de coordenadores se reúne duas vezes por semana além dos encontros de formação. A comunidade conta com um Coletivo de Saúde e outro Coletivo de Educação, cuja ação principal tem sido junto às secretarias municipais de saúde e de educação tentar garantir a estes acessos fundamentais dos direitos da população. Também atua na comunidade a Pastoral de Criança atendendo mais de 70 crianças.

O proprietário da Construtora Modelo Ltda. se manifestou logo que tomou conhecimento da invasão, ingressou com um pedido de reintegração de posse contra os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Visando o desalojamento das famílias que ocupam uma área de 40 mil metros quadrados na região de confluência dos municípios de Contagem, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Inicialmente foi concedida uma liminar para que esta reintegração fosse efetivada. O Serviço de Assistência Judiciária da PUC Minas interpôs Agravo de Instrumento. O Exmo. Senhor Desembargador José de Anchieta Mota e Silva, no plantão forense, resolveu então dar recurso o efeito suspensivo, determinando o recolhimento do mandado de reintegração de posse já expedido. No final do mês de maio de 2009, o Exmo.

Senhor Desembargador Tarcísio José Martins Costa, relator do Agravo de Instrumento, revogou a decisão proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador José de Anchieta Mota e Silva, determinando, por via de consequência, o cumprimento da liminar de reintegração de posse deferida em primeiro grau de jurisdição.

Diante desta nova situação foi impetrado Mandado de Segurança contra o ato ilegal, praticado pelo eminente Sr. Desembargador Tarcísio Martins Costa (relator do mencionado Agravo de Instrumento). O eminente Senhor. Desembargador Nepomuceno Silva deferiu a liminar e manteve os impetrantes na posse do imóvel. No dia 09 de junho passado (2010), a Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgou o Mandado de Segurança interposto pelos moradores da Comunidade Dandara e determinou a saída das famílias do local. Sendo assim, após a publicação da decisão, passa a valer, juridicamente, a ordem de despejo dada pelo juiz Bruno Terra Dias, da 20ª Vara Cível de Belo Horizonte, que em abril do ano passado deferiu pedido liminar da Construtora Modelo Ltda., concedendo reintegração de posse.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública com pedido de liminar, a qual foi concedida em favor da Comunidade Dandara assegurando o direito à moradia das famílias que vivem no local. Contudo, esta ação está suspensa até o julgamento final do recurso que foi interposto pela Construtora.

A última decisão acima referida, julgamento do Mandado de Segurança, autoriza o despejo das famílias. Segundo informações obtidas atualmente existem aproximadamente 981 barracos cadastrados e numerados. Estima-se a presença de mais de 4 mil pessoas que permanece mobilizada pelas lideranças do grupo. A partir dos fatos descritos o movimento social Brigada Popular, aliados a outros movimentos sociais como MST, Fórum de Moradia do Barreiro passaram a lutar e desenvolver várias manifestações pela cidade de Belo Horizonte, com intuito de chamar a atenção de apoiadores dos diversos segmentos sociais como: religião, instituições, e comunidade para que assim possam criar um consenso de negociação entre o poder público e os invasores.

2.6- O Papel da Polícia

De acordo do que foi apresentado em decorrência da ocupação promovida pela organização (BP), na região do Bairro Céu azul e que ainda existe a possibilidade de uma possível reintegração de posse do terreno, acompanhar ações desta natureza amolda-se a atividade de inteligência pública, por se tratar de um problemas ainda não resolvido quanto ao papel da policia sobre as questões dos movimentos sociais no Brasil.

Apesar de muitos autores acreditarem que o papel da policia é o poder coercitivo do Estado, existe outras funções desempenhadas pelas organizações policiais, que são identificadas de caráter sociais tais como: socorro, assistência às populações carentes e apoio as diversas atividades das comunidades. Nesse ponto, um melhor esclarecimento sobre esta atividade da policia e dada por Bayley (1975). O autor define que as instituições policiais *são aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso necessário.* (Bayley, 1975, pg. 328).

Portanto, se existe a possibilidade do uso da força entre polícia e invasores ou em decorrência de manifestações populares, é evidente salientar que nestes casos evitar um possível confronto com integrantes dos diversos segmentos da sociedade com a polícia, pode-se sistematizar por meio de informações relevantes, através de um trabalho preventivo. Assim, salienta Antunes (2010), no âmbito interno espera-se que a atividade de inteligência seja capaz de desenvolver capacidades antecipatórias e que proporcione diagnósticos e prognósticos acertados sobre a evolução de situações delitivas simples e complexas e de ameaça à ordem constitucional, a fim de as autoridades competentes realizarem os ajustes necessários nas estratégias de prevenção.

Nos dias de hoje, apesar de existir uma grande dificuldade em reconhecer a atividade de inteligência, enquanto uma atividade legítima e necessária por grande parte da sociedade, principalmente por aquelas que vivenciaram ditaduras civis e militares em que a inteligência funcionava enquanto aparelho repressivo do estado e antidemocrático. Atualmente, a atividade de inteligência torna-se fundamental para que os países possam desenvolver sua capacidade de análise de informação sobre assuntos de nível estratégicos, fornecendo subsídio para as tomadas de decisões nas áreas de defesa de segurança pública, defesa doméstica, bem como, a da segurança nacional.

Assim, espera-se que o processo interativo entre os responsáveis pelas políticas públicas, sejam eles funcionários, oficiais de inteligência ou políticos eleitos produza efeitos para aumentar o nível de especialização dos tomadores de decisões e de suas organizações. Que a inteligência de segurança pública da Polícia Militar de Minas Gerais apóie diretamente o planejamento da recente criada Diretoria de Inteligência (DINT) para que esta possa ter capacidades defensivas e de desenvolvimento de acordo com o monitoramento dos sucessivos eventos relacionados à ocorrência de crime ou de perturbação da ordem pública. Que a inteligência, dever de buscar inovações e dinâmicas tecnológicas. Apoiar mais e diretamente as negociações em várias áreas, buscando não afetar a definição da política interna, mas propiciando ajustes táticos de obtenção de informações relevantes. Que a inteligência seja capaz de subsidiar o planejamento policial e a elaboração de planos de ação, bem como suportar as operações policiais de combate ao crime organizado e outras operações de assistência, missões técnicas etc.. Que a inteligência possa alertar os responsáveis civis e militares contra ações promovidas de grupos de esquerda, no âmbito doméstico. Que os sistemas de inteligência monitorem os alvos e ambientes prioritários para reduzir incertezas e aumentar o conhecimento e a confiança, especialmente nos casos de invasões, greves, manifestações de cunho político e partidário. E finalmente, que os sistemas de inteligência sirvam para preservar o segredo referente às necessidades informacionais, as fontes, os fluxos, os métodos e as técnicas de inteligência diante da existência de adversários interessados em saber destes detalhes e informações.

2.7 - Qual é a relação entre o SIPOM e a Ocupação Dandara?

Após as discussões das dinâmicas operacionais mais importantes que caracterizam as atividades de inteligência da PMMG, e as ações desenvolvidas pela Brigada Popular, uma síntese do que foi discutido até aqui pode se levar à seguinte pergunta: Qual é a relação entre o SIPOM e a ocupação Dandara?

A resposta mais direta é que os órgãos policiais esperam uma possível ordem formal que será dada pela autoridade competente para uma possível reintegração de posse da área invadida. Neste sentido, as informações que estão sendo produzida pelas agências de inteligência, no âmbito do SIPOM irão subsidiar uma possível operação policial. Pois não há como identificar lideranças de

grupos ou organizações. Não há como realizar mapeamento de outras regiões que podem ser invadidas. Não há como planejar, diagnosticar falhas, avaliar resultados, alocar recursos, agir preventivamente ou repressivamente. Enfim, não se pode administrar nada absolutamente sem informações seguras e suficientes a respeito do que se produz seja em quantidade, para quem, quais as dificuldades. Dados esses que servem para auxiliar a elaboração de políticas e a tomada de decisões.

A atuação dos órgãos de Inteligência no campo interno é absolutamente imprescindível, e independe do regime de governo, autoritário ou democrático. Os movimentos sociais, de qualquer tendência, mas especialmente os que atuam muitas vezes em descompasso com a lei, devem ser acompanhados pelos serviços de Inteligência de modo a permitir a ação preventiva do Estado.

Neste sentido, o processo de coleta de informações dos agentes é fundamental para um bom emprego do policiamento caso houver necessidade. Sem informações a respeito do que acontece no acampamento Dandara ou de outros movimentos de caráter coletivo pode impedir que a polícia saiba o que está sendo planejado pelos militantes de determinados grupos, bem como a possibilidade de evitar outras ações futuras que podem influenciar no controle da ordem pública. Apesar de que os movimentos sociais pela Constituição Brasileira são legitimados, mas deve ficar claro que eles não têm liberdade para realizar as suas ações desrespeitando o direito de propriedade, as decisões judiciais e realizar ações predatórias durante as suas ocupações, derrubando cercas, obstruindo vias e destruindo instalações públicas.

CONCLUSÃO

Após tentar definir a importância do acompanhamento dos agentes de informação da PMMG, que lidam basicamente com vários eventos no contexto social urbano. Pode-se afirmar que por meio das atividades de produção de conhecimento que se sistematizam as informações relevantes para auxiliar o trabalho de prevenção no emprego do policiamento ostensivo.

Coletar, ou buscar e analisar informações sobre os movimentos sociais urbanos são métodos específicos para a produção de conhecimento. Assim, identificar as lideranças dos grupos como, Brigada Popular, MST e dentre outros em decorrência de suas reivindicações serve para ajudar quanto ao assessoramento dos usuários no processo decisório. E, caso haja certa desobediência civil por parte desses grupos ou organizações as informações servirá também para um melhor emprego do policiamento.

A Polícia Militar, que tem como seu grupamento de inteligência policial, a P2, também apresentam falhas em seus órgãos de inteligência, pois cada vez que ocorre uma invasão ou ocupação de áreas urbanas ou de um prédio público e os órgãos policiais são pegos desprevenidos, pode-se dizer que a atividade de inteligência falhou na sua missão. Pois alertar os responsáveis ou comandantes militares contra invasões surpresas ou atos de perturbações contra a ordem pública são uma das finalidades da atividade de inteligência de segurança pública. Tal fato só ocorre quando não existe um acompanhamento sistemático das organizações ou grupos de cunhos políticos e partidários que geralmente planejam suas ações em seminários, assembleias ou reuniões.

Outro problema que se deve ressaltar é que quando acontece um fato novo, na cidade de Belo Horizonte a exemplo das manifestações de caráter coletivo dos vários setores trabalhistas e sindicais as diversas agências correm atrás do mesmo objetivo, das mesmas fontes, seja por falta de comunicação ou por falta de delimitação de tarefas, ou seja, existem muitos órgãos e pouca inteligência. Isto ocorre porque ainda nas agências de inteligência da PMMG existe uma falta de profissionais qualificados para exercerem essa atividade de extrema importância para a segurança pública, pois muitos agentes e analistas de informações trabalham com uma visão restrita de

conhecimento não só sobre a importância da inteligência, mas pela falta de uma escola de inteligência capaz de desenvolver e preparar os militares para melhor desempenharem suas funções.

Uma outra questão frequente que deve se levar em conta pela busca de informações por parte dos agentes, e que em muita das vezes as informações que são prestadas pelos agentes são produzidas por meio do imediatismo, ações feitas através de avisos que geralmente são presenciados no curso dos eventos. Neste sentido, quanto à utilidade da informação, é importante e fundamental, ressaltar sua grande questão para se produzir inteligência e tentar responder adequadamente perguntas básicas como, por exemplo, (quem, quando, onde e como). Isto significa que as informações produzidas pelos órgãos de inteligência devem ser trabalhadas e chegar a tempo de serem utilizadas com proveito pelos órgãos operacionais e não enquanto um quebra cabeça cheio de informações obscuras ou inconsistentes.

No caso específico dos grupos ou organizações ligadas aos movimentos sociais urbanos, que desenvolvem ações de invasões ou ocupações urbanas, a inteligência pode e deve ser usada para mapear possíveis áreas abandonadas e estabelecer padrões de ações de cada organização ou grupo que atua na cidade. Para isso é fundamental que os órgãos de inteligência da PMMG, monitore as ações cotidianas das organizações para identificar sua rotina, seus pontos vulneráveis, *modus operandi* e entre outros.

Montar um setor de inteligência dentro dos padrões regulamentares, e que de fato os órgãos possam atuar com capacidade de realizar todos os ciclos de inteligência coleta, análise e disseminação, ainda é uma questão não resolvida no órgão de inteligência da Polícia Militar, principalmente quando estas características são simplesmente ignoradas pelos tomadores de decisão.

Portanto, inteligência não pode ser desenvolvida em decorrência de informações imediatas, a inteligência não pode ser resumida também em apenas ao acúmulo de dados produzindo por uma enorme quantidade de documentos. Pois, o mais importante é fazer com que os relatórios de inteligência e os levantamentos prestados pelos agentes e analistas de informações possam ser

utilizados de fato para o interesse na área de Segurança Pública. Pois temos a certeza de que os movimentos sociais urbano, as ações criminosas sempre estarão presentes na sociedade e não veio para desaparecer após um possível confronto com a polícia. E que para mantê-los sobre o controle é necessário possuir informações confiáveis e utilizáveis para munir a polícia e demais órgãos ligados a Segurança Pública sobre os problemas da desobediência civil. De forma que sejam entendidos e que permitem elaborar planos estratégicos eficientes para assim confronta – los.

REFERÊNCIAS

ALEGRIA, Rafael. **Via Campesina: 11 anos de luta**. Nota 2, 16 de junho. São Paulo, MST 2004a.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade Civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BALEY, David **The Police and Political Development in Europe**, in Charles Tilly (Ed), the Formation of National States in Europe, Wester Europe. Princeton: University Press, 1975; pg 328.

BESSA, Jorge da Silva. **III encontro de Estudo e Desafios para atividade de Inteligência no SÉCULO XXI: A Importância da Inteligência no Processo Decisório** Edição: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Impressão: Santa Clara Editora - Produção de Livros Ltda, Brasília; Setembro, 2004.p.51-73.

BRANDÃO, Priscila Carlos. **A inteligência Criminal no Brasil: Um Diagnostico**. Latin América Studies Association XXIX International Congress. October 06-09, 2010 Toronto-Canadá, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**.3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CEPIK, Marco A. C. **Serviço de inteligência: Agilidade e transparência como Dilemas de Institucionalização**. Tese (doutorado) – 2001. IUPERJ.

CEPIK, Marco A. C: **Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação**. Artigo publicado em Security and Defense Studies Review, Volume 2 No. 2, Winter 2002.

CEPIK, Marco A.C: **Inteligência de Segurança Pública em Seis Países: Mandatos Legais e Estrutura Organizacional.** In: (Org) RATTON, José Luiz de Amorim; BARROS, Marcelo. *Polícia, democracia e sociedade.* Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007, p.153 a 196.

CORREIA, F. João Carlos. **Comunicação e Cidadania: Os media e as identidades nas sociedades pluralistas:** Universidade de Beira Interior. Tese de Doutorado, 2001.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST.** São Paulo em Perspectiva, 15(4) 2001.

DIAS, Maria Tereza Fonseca & PEREIRA, Flavio Henrique Unes (org). **Cidadania e Inclusão social.** Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2008.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico,** Rio de Janeiro: 1976.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico,** Rio de Janeiro: 2009.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos Doutrinários,** Rio de Janeiro:1995.

ENCONTROS DE ESTUDOS: **Desafios para a Atividade de Inteligência no Século XXI** (Brasília : 3.: 2004). III Encontro de Estudos: Desafios para a Atividade de Inteligência no Século XXI. Brasília: 3. Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

ESTEVEZ, Eduardo. **Elementos para el debate sobre inteligencia civil e investigación criminal desde la perspectiva conceptual.** Proyecto Hacia uma Política de Segurança para la Democracia. FLACSO- IEPADES. Guatemala, 22 de enero de 2002. (mineo).

GONÇALVES, Joanisval Brito: **O controle da atividade de inteligência em regimes Democráticos:** os casos de Brasil e Canadá. Tese de (Doutorado) 2008 UNB.

GONÇALVES, Joanisval Brito: **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata.** Rio de Janeiro: 1ª ed. Impetrus, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Gláucia Carvalho: **O projeto de “urbanização”** vila viva e a valorização do valor na produção social do espaço de Belo Horizonte. Minas Gerais, Brasil- 2009.

LESSA, Junia França e CRISTINA, Ana de Vasconcellos. **Manual para Normatização de publicações Técnico- Científicas**: Belo Horizonte. Editora UFMG 2007

LOWERNTHAL, Mark. **Intelligence: From Secrets To policy**. Washington, DC: CQ Press, 2006.

MAYER, Joviano G. M; PRANDINI, Marina F.A. **Por uma Teoria e uma pratica radical de reforma urbana** Disponível em <http://brigadaspopulares.blogspot.com/2009/06/estrutura-organizativa-das-brigadas.html>
Acesso em: 12 Set. 2010.

REVISTA BRASILEIRA de INTELIGENCIA. **Agência Brasileira de Inteligência**.
Vol. 2, n. 2 (abr. 2006)-.Brasília

VARELLA, Marcelo Dias, **Introdução ao Direito à Reforma Agrária**, Leme: LED, Editora de Direito, 1998. 14

LAGAZZI, Zuzi Rodrigues; SALVATO Pricila Brito. **As ocupações dos Sem- teto na discursividade da cidade**. In. (O rg). Orlandi, Eni, Puccinelli: Cidade atravessada: os Sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes , 2001.

ANEXOS





MARCHA CONTRA O DESPEJO

**DESPEJO NÃO!
NEGOCIAÇÃO JÁ!**

**10e11
MAIO**

**FÓRUM DE
OCUPAÇÕES URBANAS**

EU APOIO

OCUPAÇÃO DANDARA - OCUPAÇÃO CAMILO TORRES -
OCUPAÇÃO ITINÁ COROTHY - COMUNIDADE NOVO LAJED



Denúncia de moradores do bairro Céu Azul apontam que pessoas com residência fixa aderiram ao movimento para conseguirem um lote





**BRIGADAS
POPULARES**

Pátria Livre - Poder Popular





PÁTRIA
LIVRE /
PODER
POPULAR

CORREIO BRIGADISTA

INFORMATIVO ONLINE DAS BRIGADAS POPULARES - JUNHO DE 2010

www.brigadaspopulares.org

Edição Especial - LUTA URBANA CONTRA OS DESPEJOS

MASSACRE ANUNCIADO. AJUDE A EVITAR ESSA TRAGÉDIA

Carta aberta à sociedade

Nós existimos, somos muitos e lutaremos para continuar existindo. Sabemos que a dignidade tem seu valor. Para os donos do poder, o valor da dignidade tem preço, pode ser convertido em dinheiro, em privilégios, em apoios financeiros para campanhas milionárias, entre outras possibilidades. Para nós, a dignidade é um valor que não tem preço, porque acreditamos ser ela uma necessidade, não um luxo. Nós somos as Comunidades Camilo Torres, Irmã Dorothy e Dandara, somos o povo sem-teto organizado nas Brigadas Populares. Somos aqueles e aquelas que transformamos nossa existência num ato em favor da dignidade. Aqueles que tentam nos massacrar, não querem apenas despejar 1.159 famílias sem-casa, querem despejar a dignidade, querem despejar os que não se curvam à pobreza e à riqueza, querem despejar um "inimigo interno", uma voz que destoa. Eles desejam o fim das Comunidades Camilo Torres, Irmã Dorothy e Dandara, assim como o Estado Brasileiro fez com o Quilombo dos Palmares (onde Dandara, companheira de Zumbi, viveu e lutou), assim como foi feito em Canudos e o Sonho Real e em vários outros lugares e momentos da história deste país. Lutamos por nossas necessidades: moradia, dignidade, liberdade. Porém, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo de Minas, querem acabar com as necessidades populares eliminando os necessitados e necessitadas.

Ocupamos terrenos abandonados, alguns deles com mais de 30 anos sem destinação alguma, objetos da especulação imobiliária: cheio de impostos não pagos, cheio de nada. Há anos estamos preenchendo estes terrenos com alguma coisa que vale a pena lutar, estamos construindo nossas casas com o produto do nosso trabalho, a única coisa que temos além de nossa vida e de nossos sonhos, e só com o nosso esforço da nossa luta alcançaremos. Ao construir nossas casas estamos construindo muitas outras coisas, estamos construindo uma comunidade, estamos construindo nossa dignidade, **estamos nos construindo.**

Ao ocupar um imóvel que não acrescentava nada para a sociedade, nos ocupamos em atender a nossa dignidade, a de ter um teto. No lugar de sobreviver na brutalidade de uma sociedade que parece ter se acostumado com a miséria, nós acreditamos na possibilidade de uma sociedade mais digna, e para que assim seja, depende de nossos esforços, onde já começamos; para nós, o povo pobre e trabalhador, a miséria não é algo com que se pode acostumar, é necessário combatê-la. Aprendemos neste tempo que a covardia dos oprimidos é o alimento dos poderosos, e a coragem é a qualidade daquele e daquela que deseja ser livre. Por isso, não aceitamos o despejo das Comunidades Camilo Torres, Irmã Dorothy e Dandara, que são o nosso lar, as nossas comunidade, o nosso sonho.

Os despejos não são apenas a destruição milhares de casas; significam jogar na rua 1.159 famílias; significam condenar ao relento, centenas de crianças; significa destruir a nossa participação política – comunitária, organizadas em grupos que se reúnem semanalmente; significa deixar de realizar nossas Assembléias onde decidimos cada detalhe de nossa vida comunitária; significa acabar com os grupos de educação, de mulheres, de saúde comunitária e de jovens; significa demolir nosso centro comunitário, e junto com ele, demolir nossa alegria; enfim, significa tirar de nós aquilo que temos de melhor.

Realizamos duas marchas, de mais de 20 km, e ocupamos o centro de Belo Horizonte por 1 semana; solicitamos inúmeras vezes reuniões com os Prefeito de Belo Horizonte e o Governador de Minas Gerais para negociar pacificamente, de forma digna e sem a imposição do conflito aberto como solução, porém nunca fomos recebidos. Nunca nos recusamos a dialogar, a procurar alternativas para nossa situação, porque acreditamos no entendimento, no acordo feito com maturidade e sem extremismos de nenhum tipo. Porém o Prefeito de BH, Márcio Lacerda, e o Governador de Minas, Antônio Anastasia, não possuem a mesma maturidade e o mesmo espírito democrático: não querem negociar, não querem nos enxergar de frente e conversar de forma madura e responsável. É de causar pena estamos submetidos a tais desmandos, todo o povo de Belo Horizonte e de Minas, governados por pessoas com este tipo de postura política e de caráter.



